





Desordeiros turbulentos e trabalhadores comportados: os casos do célebre Mandú e dos escravizados emancipados pelo Fundo de Manumissão em Penedo, 1876/1877

Fábio Francisco de Almeida Castilho

Doutor em História pela Unesp/Franca. Estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (Fea-USP/Fapesp). Professor EBTT do Instituto Federal de Alagoas, campus Marechal Deodoro e Professor permanente no Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT) - Pólo Maceió.

 orcid.org/0000-0003-3281-612X

 dx.doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0008

Recebido em 06/10/2022

Aprovado em 01/12/2022



Desordeiros turbulentos e trabalhadores comportados: os casos do célebre Mandú e dos escravizados emancipados pelo Fundo de Manumissão em Penedo, 1876/1877

RESUMO

Esse texto problematiza notícias encontradas em o Jornal do Penedo. As notas tratam do foragido Mandú, capitão do mato acusado de assassinato, e de um edital de manumissão de treze trabalhadores escravizados. As duas "histórias" possibilitam o entendimento do cotidiano relativo ao final do escravismo em Alagoas. Antes, destacamos o cenário onde se passam os acontecimentos, o termo de Penedo. Com base no Censo de 1872 e na bibliografia especializada percebemos que o município desempenhou papel preponderante na economia regional como porto exportador e detentor de relativo contingente de escravizados. O método empregado foi o qualitativo exploratório, consistindo na pesquisa, leitura e análise das edições do periódico. Nas considerações finais, refletimos como as notícias abordadas, referentes à década de 1870, expõem elementos dos momentos finais do escravismo na região, em especial, assinalamos a sociabilidade que possibilitou aos cativos estabelecer estratégias de resistência e protagonismo.

PALAVRAS-CHAVES: Escravidão; imprensa; violência; Penedo; Alagoas.

Turbulent rioters and behaved workers: the cases of the famous Mandú and the enslaved emancipated by the Manumissão Fund in Penedo, 1876/1877

ABSTRACT

This text problematizes news found in Jornal do Penedo. The notes deal with the fugitive Mandú, a bush captain accused of murder, and a manumission notice of thirteen enslaved workers. The two "stories" make it possible to understand the daily life related to the end of slavery in Alagoas. Before, we highlight the scenario where the events take place, the term of Penedo. Based on the 1872 Census and on the specialized bibliography, we realize that the municipality played a preponderant role in the regional economy as an exporting port and holder of a relative contingent of enslaved people. The method used was the exploratory qualitative one, consisting of research, reading and analysis of the journal's issues. In the final considerations, we reflect on how the news addressed, referring to the 1870s, expose elements of the final moments of slavery in the region, in particular, we point out the sociability that enabled the captives to establish strategies of resistance and protagonism.

KEY-WORDS: Slavery; press; violence; Penedo; Alagoas.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (ASSIS, 1906)

Na epígrafe acima, Machado de Assis trata da profissão de Cândido Neves, personagem central do conto *Pai contra Mãe*, um aprisionador de escravos com dificuldades financeiras para cuidar de sua família (CHALHOUB, 2003). De maneira ferina, o renomado autor tocava num ponto curioso do final do escravismo, qual seja, o da manutenção da escravização através do uso da força por homens sem autoridade para tal, personagens por vezes marginalizados ou em flerte com o banditismo. Nesse texto abordamos a trajetória de Mandú, um aprisionador de escravos em “embaração” com a lei.

O texto está dividido em três seções. Na primeira procuramos descrever as características de Penedo, cidade localizada no litoral sul de Alagoas, mais precisamente na foz do rio São Francisco e na divisa territorial entre as províncias de Alagoas e Sergipe. Devido ao seu comércio de cabotagem e envolvimento no tráfico interno de cativos, o município acumulou riquezas e deteve um considerável plantel de cativos no período que se estende entre 1850 e 1870. Procuramos descrever esse quadro de transformações a partir da bibliografia especializada e com as informações contidas no Recenseamento Geral do Império de 1872.

Na segunda seção apresentamos o caso de Mandú, um capitão do mato acusado de assassinato que se tornou célebre nas páginas dos periódicos locais. Foragido da justiça, o personagem contou com uma rede de sociabilidade e até com “um bando” que o ajudou a permanecer oculto, mesmo diante de certa obsessão por parte das autoridades locais em capturá-lo. A narrativa da trajetória de Mandú como protagonista permite breves considerações sobre o “banditismo social” na perspectiva assinalada por Eric Hobsbawm (2017).

Na terceira seção consideramos uma notícia relacionada ao Edital de Manumissão de escravizados no termo de Penedo em 1876. O documento revela as características expectadas para que os cativos fossem contemplados com a liberdade. Dessa forma, o escravizado candidato à libertação deveria, preferencialmente, (I) estar casado, (II) possuir uma profissão especializada e (III) obter o endosso de “boa conduta” reconhecido por seu proprietário. A análise da notícia possibilita ainda perceber que o acúmulo de economias permitia aos cativos adquirir a própria liberdade ou a de outrem, comprovando a existência de redes de sociabilidade que favoreciam a negociação cotidiana.

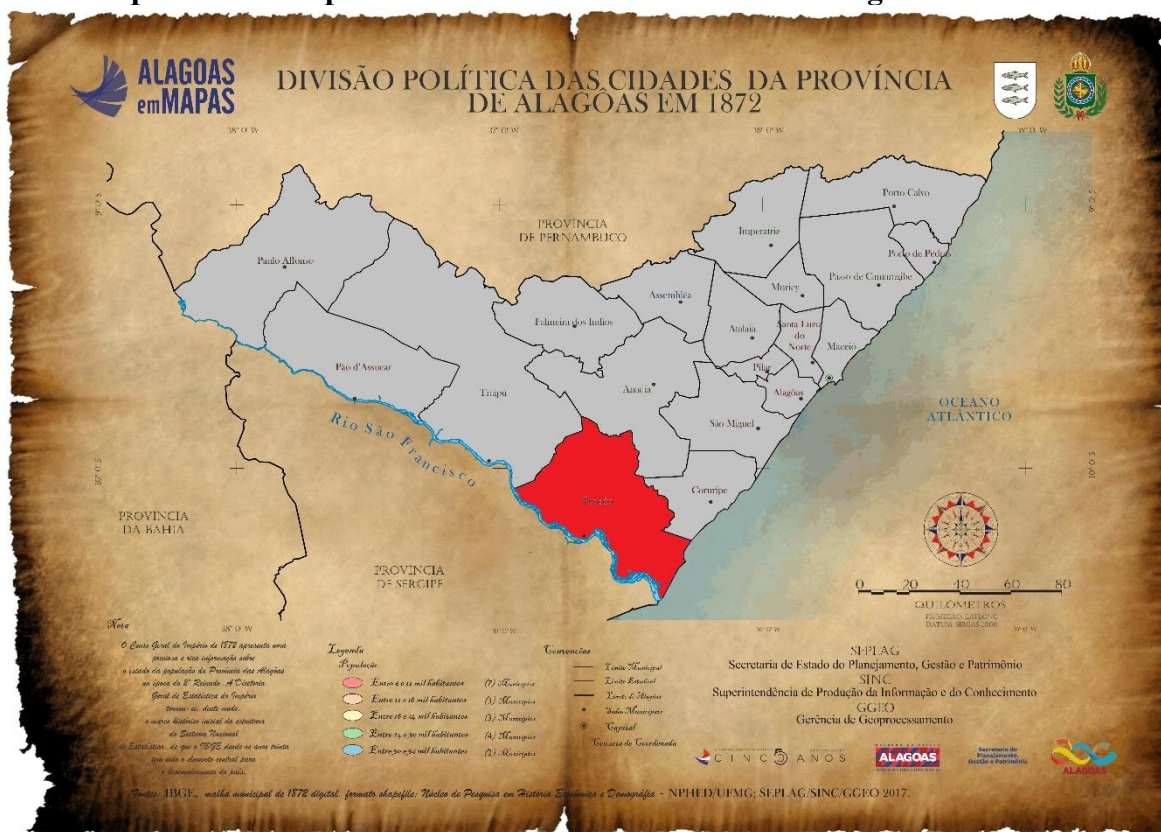
Por fim, nas considerações finais, assinalamos como notícias um tanto habituais e rotineiras da segunda metade do XIX podem ajudar a compreender os estertores do escravismo e a emergência de uma sociedade em transformação, principalmente num centro urbano que funcionou como núcleo do comércio de cativos como o município de Penedo.

Penedo, a cidade e os escravos

A cidade de Penedo está localizada às margens do rio São Francisco, sua ocupação data do início do processo de colonização do Brasil e por essa razão já se constituía numa vila antiga em meados do século XIX. Conforme Luana Teixeira (2016), ao longo dos oitocentos, Penedo consolidou-se como a segunda maior praça comercial da província de Alagoas e principal entreposto comercial da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem.

De acordo com a autora, a cidade foi fundamental para a articulação de uma rota do comércio interprovincial de escravos que abrangia uma ampla região do Nordeste – “notadamente o Baixo e Submédio São Francisco e o Agreste Pernambucano – e levou centenas de cativos para o Sudeste do Brasil, especialmente para o Porto do Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 2016, p. 123). Ela, a autora, assinala também a importância que o comércio interno de escravos alcançou nos anos de 1850, momento em que iniciava na região um processo de desenvolvimento técnico e econômico impulsionado pela introdução da navegação regular a vapor.

Mapa 1: Divisão política das cidades da Província de Alagoas em 1872



Fonte: ALAGOAS. *Catálogo de mapas históricos do Estado de Alagoas*. [Modificado pelo autor(a) para destacar o termo de Penedo]. Disponível em:

<https://dados.al.gov.br/catalogo/en/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/323b9a53-16d8-45e5-b34a-ad5db74b1df5>. Acesso 12/09/2021

Com efeito, a partir do desenvolvimento do tráfico interprovincial na década de 1850, processo que levaria milhares de cativos das várias regiões brasileiras para os centros econômicos mais dinâmicos (MAMIGONIAN, 2017), Penedo conheceu um rápido desenvolvimento que se perpetuou até fins do século XIX. Segundo Teixeira, há décadas Penedo estava conectado aos principais portos do Império, havendo inclusive rotas frequentes executadas por embarcações a vela do Penedo a Maceió e a Salvador. Esse contato regular, como observado pela autora, fortaleceu os circuitos comerciais que ligavam o interior do São Francisco à navegação de cabotagem, possuindo uma sólida infraestrutura urbana oriunda dos tempos coloniais (TEIXEIRA, 2016).

O desenvolvimento comercial e o fortalecimento da posição do município enquanto entreposto comercial entre o interior do São Francisco e os principais mercados nacionais o dotaram, portanto, de uma característica especial – Penedo era também uma cidade comerciante de escravos e participava de forma decisiva do comércio interprovincial. De acordo com Slenes, durante o tráfico interprovincial foram deslocados do Nordeste para o Sudeste mais de 220 mil escravos ao longo das décadas de 1850 a

1870 (SLENES, 1988).

Por essa razão, a partir da década de 1850 a cidade passou por transformações no seu desenvolvimento econômico. Os comerciantes locais e de outras praças viram ali a possibilidade de viabilizar o transporte dos cativos de regiões longínquas diretamente para Salvador, e, dali, para o Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2016, p.131).

Aproximadamente duas décadas depois, em 1872, os dados fornecidos pelo Recenseamento Geral do Império permitem observar números mais exatos da população escravizada de Penedo e perceber as possíveis transformações demográficas em desenvolvimento nessa população. Como é sabido, à medida que o final do escravismo se encaminhava, o número de escravizados diminuiu por todo o território nacional (AZEVEDO, 2010), transformação que pode ser observada no Censo Nacional de 1872. De acordo com Paiva, o Recenseamento Geral do Império de 1872 desperta natural interesse não apenas por ter sido o primeiro censo brasileiro de abrangência nacional, mas também por ter sido a única experiência de arrolamento populacional que logrou sucesso no período imperial e escravista. Além disso, teve o primado de ser o levantamento demográfico com leque de temas divulgados mais amplo, mais exato na captação e na cobertura territorial do que os censos que o sucederam em 1890 e 1900 (PAIVA, 2012).

O Censo de 1872 também ficou conhecido como o Censo da Escravidão, por desvelar muitas das características socioeconômicas do país que ainda tinha como principal força motriz o trabalhador escravizado (MARIANI, 2017). Para Luiz Sávio de Almeida, o Censo de 1872 é uma “fotografia possível” do Império brasileiro, pois as dificuldades de execução exigiram imenso esforço por parte dos governantes do período. Ainda assim, não obtiveram total controle sobre o processo, o que pode ter acarretado distorções e lacunas. Em que pese essas considerações, Almeida (2019) afirma que o Censo Imperial de 1872 foi capaz de produzir um legado mais próximo possível da conformação demográfica do período, devendo os pesquisadores interessados se cercarem de cuidados metodológicos para interpretá-los. A partir dessas prerrogativas, apresentamos alguns dados sobre a população escravizada de Penedo. As principais características dessa população são listadas a seguir com base nos dados do Censo Nacional de 1872. De acordo com o Censo de 1872, a população de Penedo apresentava equilíbrio entre a população feminina e masculina, indiferente da condição legal.

Quadro 1: População de Livres e Escravos de Penedo, 1872

Homens Livres	Mulheres Livres	Total de Livres	Escravos	Escravas	Total de Escravos	Total
16,500	16,020	32,520	1,378	1,300	2,678	35,198

Fonte: BRASIL [Império]. *Censo Nacional de 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 2019.

No quadro 1 percebemos números quanto ao quantitativo e o gênero da população escravizada em Penedo, que representavam aproximadamente 7,6% da população total do município. Já no quadro 2 é perceptível uma síntese da população escravizada de Penedo em 1872, dados mensuráveis a partir da compilação de s informações a respeito do estado civil, nacionalidade e do grau de instrução dessa população.

Quadro 2: Síntese da população escravizada de Penedo em 1872

	Estado Civil			Nacionalidade		Instrução	
	Solteiros	Casados	Viúvos	Brasileiros	Estrangeiros	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Homens	1,165	172	41	1,323	55	2	1,376
Mulheres	1,103	164	33	1,241	59	0	1.300
Total	2.268	336	74	2.564	114	2	2.676

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados: BRASIL [Império]. *Censo Nacional de 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 2019.

A respeito desses dados, notamos que comparada à população livre, proporcionalmente, o número de escravizados casados era bastante inferior, principalmente entre as mulheres. De acordo com o Censo, 11.106 pessoas livres eram casadas, enquanto apenas 336 da população total dos escravizados se encontravam na mesma condição. Ou seja, enquanto 31,55% da população livre era casada, apenas 12,54% da população cativa constituiu matrimônio. Esses números se tornam ainda mais discrepantes quando observamos o gênero feminino, pois 38,3% das mulheres livres eram casadas e apenas 12,8% das mulheres escravizadas se encontravam na mesma situação. Esse dado demonstra algumas características daquela sociedade. Se observarmos que as mulheres escravizadas se casavam muito menos que as mulheres livres, é possível afirmar que as cativas desenvolviam estratégias de convívio e sociabilidade diferentes. Como isso impactava no dia-a-dia? Quais estratégias cotidianas eram adotadas para garantir estabilidade e segurança? A este respeito, Marques (2016) e Castilho (2021) observam que as redes de sociabilidade construídas ao longo do tempo foram fundamentais para que essas mulheres sobrevivessem e resistissem ao regime escravista.

No Quadro 2 também apontamos o número de estrangeiros escravizados, provavelmente indivíduos trazidos ao Brasil antes de 1850. Destaca-se que o Censo de 1872 não informa o país de origem desses indivíduos, diferentemente do que ocorria com a população que migrava da Europa, pois nesses casos, o país de origem sempre é identificado no recenseamento. Dessa forma, percebe-se que não havia interesse por parte das autoridades imperiais em historicizar ou conhecer as origens da população africana, enquanto a origem dos imigrantes europeus era destacada no documento.

É possível perceber ainda no Quadro 2, como esperado, que a esmagadora maioria da população cativa não recebeu qualquer instrução, permanecendo analfabeta. Exceção feita a apenas dois escravos que sabiam ler e escrever. Sobre a formação oferecida aos cativos e aos seus descendentes nos pós abolição. Segundo Domingues (2019), as autoridades do período se preocupavam mais com aspectos relacionados ao controle social, isto é, importavam-se mais em estabelecer a ordem do que com a formação ofertada a esses indivíduos. No quadro 3 assinalamos informações que dizem respeito à faixa etária da população cativa de Penedo, temos:

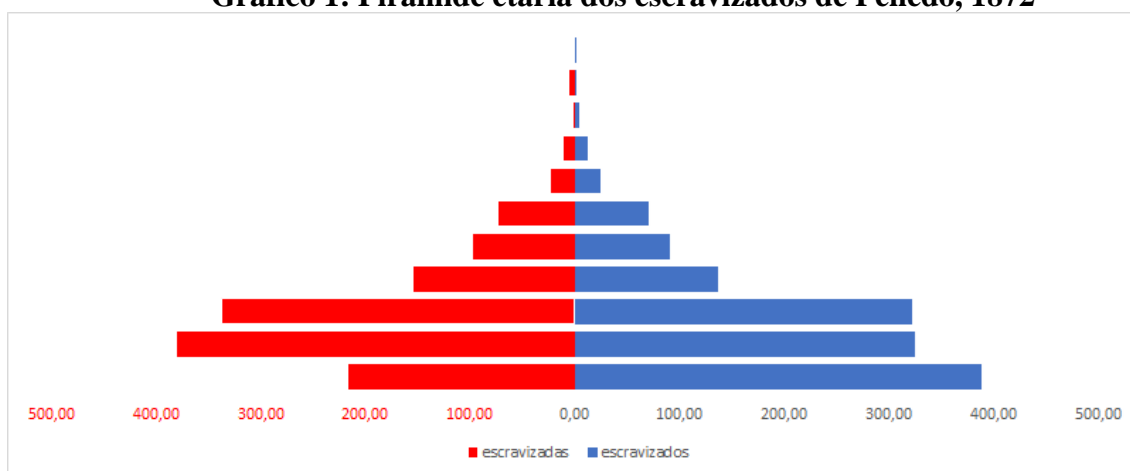
Quadro 3: Faixa etária dos escravizados de Penedo, 1872

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
1-10 anos	388	216	604
11-20 anos	324	380	704
21-30 anos	322	337	659
31-40 anos	136	154	290
41-50 anos	91	98	189
51-60 anos	71	73	144
61-70 anos	25	23	48
71-80 anos	12	11	23
81-90 anos	4	2	6
91-100 anos	2	5	7
Mais de 100	1	0	1
Sem Inf	2	1	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do BRASIL [Império]. *Censo Nacional de 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 2019.

Destaca-se que não existiam crianças escravizadas de 0 a 11 meses pois o *Censo de 1872* foi realizado exatamente um ano após a aprovação da *Lei do Ventre Livre*. Acredita-se que uma das intenções do Censo seria fiscalizar a efetividade da referida lei (ARAÚJO, 2018).

Gráfico 1: Pirâmide etária dos escravizados de Penedo, 1872



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do BRASIL [Império]. *Censo Nacional de 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 2019.

Depreende-se do Quadro 3 que a população cativa de Penedo era jovem e estaria disponível para ser explorada durante muitos anos de trabalho, em que pese a curta expectativa de vida dos escravizados no período (PAIVA, 1992). Esta população escravizada era jovem e não recebia formação para leitura e escrita, como informa outros estudos a respeito (WISSENBACH, 2018).

Por fim, no Quadro 4, compilamos as informações referentes às “atividades profissionais” desenvolvidas pelos escravizados e escravizadas de Penedo. Os resultados são os seguintes:

Quadro 4: Ocupação dos escravizados de Penedo, 1872

	Prof Manuais e Mec	Homens	Mulheres	Total
Profissionais Manuais	Costureiras	0	183	183
	canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	5	0	5
	em metais	3	0	3
	em madeiras	69	0	69
	em tecidos	1	2	3
	de edificação	0	0	0
	couros e peles	4	0	4
	em tinturaria	2	0	2
	de vestuários	15	0	15
	de chapéus	3	3	6
	de calçado	15	0	15
	Artistas	4	0	4
	Agrícolas	Lavradores	725	189
Criadores		0	0	0
Outras	Criados e Jornaleiros	280	5	285
	Serviços Domésticos	93	118	211

Sem ocupação	Sem profissão	159	800	959
	Sem informação	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do BRASIL [Império]. *Censo Nacional de 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso 09 de junho de 2019.

Observa-se que as mulheres ocupavam preferencialmente as atividades de costura (183), de lavradoras (189) e de serviços domésticos (118). Enquanto os homens trabalhavam principalmente na lavoura (725) ou como criados e jornaleiros (280). Aparentemente, o perfil produtivo quantificado no Censo destoava do esperado de uma cidade portuária, já que ocupações específicas não são mencionadas no recenseamento. Mas é preciso compreender as nuances do documento.

Outrossim, percebe-se que são poucos os trabalhadores indicados nas atividades agrícolas mesmo se considerarmos a população livre. Dessa forma, se levarmos em conta a população total do município (35.198) perceberemos que apenas 11.461, ou 32,56% da população, se dedicava a atividade de lavrador. Além disso, nenhum escravizado se ocupava da criação de animais, por exemplo, indicando que o perfil produtivo de Penedo não era a agricultura e tampouco a criação de animais. Assim, depreende-se que as atividades portuárias podem estar “camufladas” nos itens “criados e jornaleiros” ou “sem profissão”. Ou seja, o documento não possibilita o apontamento exato do perfil produtivo de Penedo, mas é possível inferir por descarte, uma vez que pouquíssimos trabalhadores se envolviam em ocupações associadas ao uso de metais, tecidos, edificações etc.

A ausência de profissões específicas e o grande número de cativos indicados como “sem ocupação” tem sido apontado pela historiografia como uma falha no Recenseamento Imperial de 1872 com impactos para pesquisas atuais no país (PAIVA, 2012), pois, como a classe proprietária manteria centenas, e em alguns municípios, milhares de escravos sem ocupação? Ou então, que atividade realizava a grande população indicada no item “sem informação”? No caso específico de Penedo, encontramos uma grande população de mulheres escravizadas identificadas como “sem ocupação”, quais atividades realizariam essas mulheres no seu dia a dia? Ressalta-se que seria um contrassenso econômico possuir um plantel tão extenso e não ocupar em nenhuma atividade produtiva (SCHWARTZ, 1988).

Mesmo com essas lacunas, a análise do Censo de 1872 apresenta aspectos demográficos preciosos da população. Principalmente da população escravizada e espalhada pelo interior longínquo das províncias. De acordo com Paiva, o Censo Imperial de 1872 contribuiu para que os historiadores desvelassem características

socioeconômicas do país que ainda tinha como principal força motriz o trabalhador escravizado, averiguando e quantificando diversos aspectos da população brasileira, inclusive nos mais escondidos rincões. Nas seções seguintes, buscamos investigar processos qualitativos para melhor compreender o quadro de final do escravismo em Alagoas. As notícias selecionadas conferem protagonismo às pessoas comuns em Penedo da década de 1870.

O célebre Mandú

Em 30 de novembro de 1877 o Jornal do Penedo noticiou que um grupo de dez pessoas havia sido preso: seis homens, um menino, uma forra e duas escravas. O grupo é descrito como o “bando do Mandú”, alcunha de Manoel Felix Vitalino, homem acusado de assassinato e foragido da justiça.

Entre os capturados constam “o célebre Bello”; condenado por assassinato no município de Imperatriz e descrito como “companheiro inseparável de Mandú” e “homem da sua confiança”. Além de Bello, outros personagens como Chico Velho, Pedro Belindo e a mulher forra Clarinda de tal, conhecida por Linda, foram aprisionados nesta incursão. Tal “aventura” já era a quarta tentativa policial de capturar Mandú, mas sem sucesso. Ao final da notícia, afirma-se que os prisioneiros foram interrogados e que o delegado local, Eustáquio Rebello Brasil, obteve importantes informações sobre Mandú a partir da oitiva dos detidos. Além das prisões, o periódico informa que “foram apreendidas muitas cartas dirigidas por diversas pessoas a Mandú, fazendo-lhe avisos e dispensando-lhe proteção” (Jornal do Penedo, 30 de novembro de 1877, p.1). Ou seja, embora procurado pela polícia, Mandú contava com uma rede de proteção de pessoas que ajudavam a se manter oculto.

Para Hobsbawm (2017), o fato de elementos marginais receberem apoio da população local denota certa compreensão da comunidade pelo “bandido” e a provável existência de conexões políticas entre o “bandido” e a comunidade. Se a autoridade é tida como inimiga, o “perseguido”, mesmo que marginal, pode ser tido como um injustiçado e torna-se aliado. Ainda de acordo com Hobsbawm (2017, p. 26), os bandidos, por definição, são elementos que resistem a obedecer, além disso “estão fora do alcance do poder, são eles próprios possíveis detentores do poder e, portanto, rebeldes potenciais”. Por essas razões, podem vir a ser protegidos pela comunidade que está distante do centro irradiador de “poder”. No nosso caso, Mandú permanecia oculto na freguesia de Igreja Nova, distrito afastado do termo de Penedo, principal polo irradiador de poder regional e em contato direto com Maceió, capital da província.

Nessa seção, nosso intuito é conhecer a trajetória de Mandú a partir das notícias vinculadas em o *Jornal do Penedo*. O “célebre Mandú”, ou “o bandido mais procurado de Alagoas” (*Jornal do Penedo*, 12 de outubro de 1877, p.1), tornou-se personagem relevante nas edições do periódico e antes da prisão do seu bando outras sete notícias davam conta da sua trajetória e conferiam notoriedade ao personagem, que passou a ser destacado a partir do crime que cometera.

Com efeito, seis meses antes da notícia referente a prisão do bando de Mandú, em 20 de abril de 1877, o *Jornal de Penedo* informou sobre um assassinato que ocorreu no sítio Gado Bravo no termo de Penedo. A vítima, Vicente Caruaru, é apresentada como um ladrão de cavalos e que, na oportunidade, conduzia cavalos furtados. Não constando mais nenhuma informação na nota (*Jornal do Penedo*, 20 de abril de 1877, p. 1.). No entanto, a 15 de junho do mesmo ano é reproduzida uma longa carta assinada por Maria Magdalena Silva, esposa de Manoel Felix Vitalino, vulgo Mandú, asseverando a inocência do marido. A justificativa da carta é negar acusações feitas em uma outra folha do período, o *Jornal Conservador Penedense* (não disponível para pesquisa), que identificavam Mandú como assassino e “homem fera”.

Tendo eu lido a notícia que no n. 15 do *Conservador Penedense*, do 21 do mês passado, saiu uma publicação com o título - Homem Fera, dizendo que constava ter sido assassino do infeliz Vicente Caruaru o indivíduo, conhecido por Mandú, morador na Boa Sica, próximo à Igreja Nova, e sendo meu marido capitão de mato, morador na Boa Sica e o povo chamando-o Mandú , devo supor que semelhante publicação refira-se a ele, e por isso não devo deixar passar despercebida, e sim dar por meu marido uma breve resposta, em consequência de não saber ele escrever. Afim de que o público conheça a calúnia e os caluniadores que não podem ser outros se não os célebres João Moreira Lemos Pindoba e seu filho, João Moreira Lemos Filho, atual delegado daquela povoação, únicos inimigos que tem meu marido na mesma povoação (*Jornal do Penedo*, 12 de junho de 1877, p.1.)

No restante da carta, Magdalena vai acusar o delegado João Moreira Lemos Pindoba e seu filho, João Moreira Lemos Filho, de perseguir e "denegrir" seu marido por desavenças políticas no termo de Divisa Nova, comarca de Penedo. No texto publicado a esposa identifica Mandú como capitão do mato e aprisionador de escravos. Em seguida,

destaca as supostas desavenças políticas entre seu marido e o delegado local, motivo pelo qual Mandú sofreria perseguição.

De acordo com Hobsbawm (2017), a história do banditismo só pode ser entendida e adequadamente estudada se for compreendida como parte da história do poder político, assim as questões de mando e poder definem quem está de qual lado, e ajudam a definir, portanto, quem é amigo (e pode ser favorecido) ou é inimigo (e deve ser perseguido). Com isso, observamos que Mandú, um capitão do mato analfabeto, começou a receber atenção dos periódicos locais por ter desavenças políticas com um delegado e, por essas razões, seu caso passou a ganhar notoriedade.

Com efeito, depois da publicação da carta de Magdalena, Mandú realmente se torna célebre e vários artigos são publicados a seu respeito. Alguns deles acusando a inoperância da polícia em prender o assassino que se tornara famoso. Nos dias 03 e 31 de agosto de 1877 são reproduzidos dois mandados de prisão contra Mandú.

Atualmente investiga-se pelo juiz municipal a autoria do assassinato de Vicente Caruaru. A promotoria denuncia a Manoel Felix Vitalino, vulgo Mandú.

A bem dos interesses da justiça, da causa pública, roga-se ao ministério público que não deixe de ouvir sobre o objeto da denúncia: o depoimento do sr. José Moreira Lemos Pindoba, que foi o primeiro a dizer nesta cidade que Mandú matou Caruaru e é sob informações suas que o Conservador Penedense tem se ocupado do fato criminoso, atribuindo-o a Mandú (Jornal do Penedo, 03 de agosto de 1877, p.3).

Pelo juiz municipal deste termo se faz público que, em virtude do requerimento da promotoria Pública e de conformidade com o disposto no art.29 do Reg. de 22 de novembro de 1871, visto resultarem dos respectivos antes indícios mais que veementes de ter sido o acusado Manoel Felix Vitalino vulgo Mandú, autor da morte de Vicente Caruaru e dos ferimentos graves de Antônio Serapião Lopes vulgo Bonina, e a urgente necessidade da prisão do dito Mandú, que, por meio de ameaças as mais aterradoras (depoimento da 3ª testemunha) tem conseguido evitar o comparecimento em juízo das últimas testemunhas do processo e que restam depor sobre o fato, determinando-se por despacho

desta data, que se passasse mandado de prisão contra o referido Mandú e pela imprensa se fizesse a devida requisição; pelo que há por bem requisitar pelo presente a todas as autoridades a captura do dito Mandú em qualquer parte que por ventura for encontrado, prestando-se assim grande serviço à causa da justiça pública (Jornal do Penedo, 31 de agosto de 1877, p.4.).

Assim, Mandú se tornara um criminoso procurado e, ao mesmo tempo, o Jornal do Penedo passou a publicar muitas notícias com críticas referentes a ineficiência da polícia e certa pressão política para solução do caso. Até 12 de outubro de 1877, quando foi anunciada a chegada de um novo Delegado de Polícia em Penedo, o Sr. Capitão Eustáquio Rebello Brasil. Com sua chegada as esperanças de prisão de Mandú foram renovadas nas páginas do periódico:

A escolha que fez o Exm. Sr. Presidente da Província do Sr. Capitão Eustáquio Rebello Brasil para delegado de Polícia deste termo, é digna dos maiores encômios pelos benéficos resultados que dela tem colhido a segurança individual, a tranquilidade pública e paz das famílias nesta cidade.

Hoje o cidadão pacífico conta com garantias e não se receia dos insultos e acometimentos de desordeiros turbulentos; os crimes não se reproduzem quase cotidianamente como outrora; os criminosos não se arrojam a afrontar a lei, transitando publicamente nas ruas da cidade; o uso de armas proibidas não é mais ato lícito e adorno; a Polícia dá sinal hoje de vida, robusta e vigorosa em qualquer lugar, onde as necessidades públicas reclamam a sua presença (Jornal do Penedo, 12 de outubro de 1877, p.1).

Aparentemente, a simples chegada do novo delegado promoveu drástica mudança na segurança pública de Penedo, externadas pelas impressões do redator, pois, em o *Jornal do Penedo* o Capitão Eustáquio é sempre elogiado, descrito como “ativo e incansável”, embora também não tenha logrado êxito em capturar Mandú nas diversas tentativas que realizou.

Com o fito de compreender a mudança de postura do periódico, observamos que em 1877 uma importante alteração ocorreu no governo da Província de Alagoas, pois saiu o desgastado governo de Pedro Antônio Moreira, do partido Conservador, substituído por

Antônio Passos Miranda, também do partido Conservador, mas amplamente apoiado por parte da imprensa de Alagoas (SANTANA, 1987), inclusive pelos editores de *O Jornal de Penedo*, folha declaradamente conservadora. Nesse sentido, Flávio Heinz (2016) assinala a importância de se conhecer os bastidores das tipografias para melhor compreender os agrupamentos políticos e as suas estratégias para alcançar ou permanecer no poder. Encorajado pelo jornal, o delegado Eustáquio Rebello planejou e executou sua primeira incursão para aprisionar Mandú:

E na semana última, afrontado os incômodos de uma viagem penosa, segui-o para a Boa Sica, onde mora o falado Mandú, munido do competente Mandado judicial, para prende-lo. Malogrou-se porém a diligência; porque foi traído pelo guia que dirigia a escolta, o qual, pretextando a necessidade de ir a diante só verificar a estada do dito Mandú em casa, avisou-o; e logo evadindo-se este, ocultou-se no mato.

Esperamos entretanto que, da hora em diante, os criminosos do termo não terão descanso (Jornal do Penedo, 12 de outubro de 1877, p.1.).

Atraído por seu guia, pois ele possuía a responsabilidade de acompanhar o delegado pelo território desconhecido, mas acabou por informar o foragido e facilitar sua fuga. Eustáquio Brasil não conseguiu aprisionar Mandú. O delegado ainda fazia outras três tentativas, esforços que comprovam que, de fato, havia real interesse na prisão, do cada vez mais célebre, foragido. Na segunda incursão, em outubro de 1877, o Delegado alcançou a residência de Mandú e cercou a propriedade, mas novamente não obteve êxito na prisão:

Na noite do dia 4 do corrente, segui-o o Snr. Delegado de Polícia deste termo, capitão Eustáquio Brasil, com uma escolta para as partes de Igreja Nova.

Alcançável pela boa polícia, o Sr. Capitão Eustáquio vai mostrando que não se poupa a incômodos e privações quando o exige o dever do cargo.

Consta ter posto em cerco a casa de Manoel Felix Vitalino, conhecido como Mandú, indiciado aqui na morte de Vicente Caruaru; mas não o encontrou (Jornal do Penedo, 05 de outubro de 1877, p.3).

À medida que as “façanhas” da polícia e do delegado Eustáquio Brasil ganhavam destaque na imprensa, igualmente ganhava destaque as proezas de Mandú em se manter clandestino. Em 14 de novembro nova tentativa foi feita, com “crescida escolta”, partiu o delegado:

A fim de tentar de novo a captura de Mandú, desde o dia 15 percorre o mesmo capitão as propriedades e presumidos esconderijos do dito Mandú, sempre no seu encalço, sem que até agora tenha podido levar efeito a sua prisão (Jornal do Penedo, 23 de novembro de 1877, p.1).

Ao final da nota é assinalado “o maior interesse do Sr. Presidente da Província em ver o caso esclarecido”. Destacando mais uma vez o contorno político que a captura de Mandu alçou naquele período.

E assim, chegamos a notícia de 30 de novembro de 1877, referente a quarta incursão policial, quando ocorreu a prisão de dez pessoas do “bando de Mandú”, no entanto, o principal foragido, mesmo “ferido em um pé”, conseguiu escapar para Caruaru do Bezerra, em Pernambuco, “onde tem família”. O periódico ainda informa que o Capitão Eustáquio retornou para Penedo e “tentará capturar Mandú, caso o mesmo retorne para Alagoas”. A partir dessa data não encontramos mais nenhuma notícia sobre Mandú nos periódicos locais (Jornal do Penedo, 30 de novembro de 1877, pp. 2 e 3).

Por fim, ao averiguarmos a trajetória de Mandú no periódico *Jornal do Penedo* observamos mais um nexos com a definição de bandido de Hobsbawm (2017), conforme o autor, “seja nas montanhas e nas florestas, bandos de homens violentos e armados, fora do alcance da lei e da autoridade” podem desafiar simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram a ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Destacamos que mesmo com a declarada intenção das autoridades locais de capturarem Mandú, não lograram êxito, pois o “bandido” se encontrava oculto e protegido pela comunidade local. O sucesso do marginal em safar-se da lei e permanecer oculto deveu-se aos laços e relações que possuía na comunidade local, que abrigou o foragido e garantiu sua proteção contra as autoridades.

O Fundo de Manumissão e os trabalhadores de “boa conduta”

O *Fundo de Manumissão* foi um dispositivo da Lei de 28 de setembro de 1871, a *Lei do Ventre Livre*. Também conhecido como *Fundo de Emancipação*, concentrava recursos de diferentes procedências, como impostos e rendas de loteria, para promover alforrias. O texto legal também estipulava que os cativos que possuíssem alguma quantia em dinheiro com a qual lhes fosse possível comprar a alforria tinham direito a tal, ou poderiam ainda oferecer parte do valor para complementar o dinheiro disponível no fundo (LARA; MENDONÇA, 2006).

Destaca-se que o *Fundo de Manumissão* era compatível com a expectativa das elites proprietárias de promoverem a libertação dos cativos de forma progressiva e gradual, pois emancipava apenas um grupo pequeno de escravizados anualmente.

Nesse sentido, Wellington Silva (2017) percebe como a Lei do Ventre Livre modificou as estruturas da escravidão durante a segunda metade do século XIX em Alagoas, pois, observa o autor, como senhores e escravizados tiveram de criar contornos diferentes ao cotidiano escravista. Em especial, Silva aponta como alguns senhores da província puderam reforçar os laços de obediência, estratégia que possibilitou a manutenção de ex-escravos sob sua obediência.

Outro dispositivo da Lei dizia respeito a matrícula dos cativos. A partir de 1871 tornou-se obrigatório a realização de uma matrícula de todos os escravizados, determinando que todos aqueles que não fossem matriculados pelos senhores seriam considerados livres. No entanto, o advento da matrícula foi um procedimento oportuno para muitos senhores, pois o documento constituía prova de propriedade e não obrigava os senhores a informar a naturalidade do matriculado (MENDONÇA, 2006) Dessa forma, foi possível o registro de escravizados africanos introduzidos no país depois da proibição do tráfico Atlântico em 1831. De acordo com o autor, a matrícula, portanto, oficializou a propriedade ilegal sobre muitos africanos e seus descendentes.

A par da Lei que criou o *Fundo de Manumissão* e suas implicações, consideramos um edital de manumissão encontrado em o *Jornal do Penedo*, em 12 de janeiro de 1876. A partir do documento extraímos o perfil que se esperava do escravo “agraciado” com a libertação e mais algumas informações relevantes:

O Dr. Aurelino Antônio Ribeiro e Silva, juiz de opinião nesta cidade do Penedo e seu termo, (etc).

Faço saber aos que o presente edital virem que, em audiência especial com o juízo de opções De 31 de dezembro último, declarei libertos dentro das forças da quota do fundo de emancipação os seguintes

escravos.

Freguesia Penedo. - Cypriana, 35 anos, casada, boa conduta, serviços domésticos, Da propriedade de Damiana Figueira Dantas e avaliada por 500\$000: Esta escrava ofereceu para ajudar o fundo de emancipação a quantia de 100\$000. Feliciano, 30 anos, boa conduta, carreira e sua mulher Domingas, de 38 anos, serviços domésticos, boa conduta, da Propriedade ambos de Antônio Joaquim de Almeida, e avaliados por 1:700\$000. João, africano, de 52 anos, padeiro, e sua mulher pastora, de 45 anos, cozinheira, ambos da propriedade de Jesuíno Honorato do Santos e avaliados por 600\$000. Tita, 30 anos, boa conduta, serviços domésticos, da propriedade de Joaquim Antonio da Silva, avaliada por 1000\$000. Ofereceu esta escrava o pecúlio de 500\$000. Rita 35 anos, solteira, boa conduta, cozinheira, da propriedade Luiza Cândida da Soledade, avaliada por 500\$000 Réis e oferecer o pecúlio de 200\$000. Maria Antonia, 40 anos solteira, boa conduta e cozinheira, da propriedade de Manuel Antônio Moreira Lemos, avaliada por 600\$000 e o ofereceu o pecúlio de 200\$000. Maria de 34 anos, solteira, boa conduta, serviços domésticos, da propriedade de Cândido Pinheiro Dantas; avaliada por 650\$000 e ofereceu pecúlio de 150\$000. - Freguesia de Piassabussú - José, africano, de 56 anos, boa conduta, pedreiro, e sua mulher Antonia de 45 anos, boa cozinheira, da Propriedade o primeiro de Manoel Thomáz da Silva e a segunda de Severo José da Rocha; Avaliados ambos por 600\$000. José oferecer o pecúlio de 100\$000. - Freguesia do Colégio. - Manuel, 40 anos, boa conduta, Carrero e sua mulher Raimunda, de 35 anos, boa conduta, cozinheira, ambos da propriedade de José ciriaco de Barros e avaliados por mim 1:100\$000. E para garantir direitos do qualquer que os tenha sobre os preços dos referidos libertos, Mandei passar o presente, que será fixado na porta das Matrizes das três freguesias á cima, e publicado pela imprensa no jornal do Penedo. (Jornal de Penedo, 12 de janeiro de 1876, p.4).

De acordo com a *Lei do Ventre Livre* e seus dispositivos, os escravizados poderiam adquirir suas alforrias, a alforria de algum familiar ou ainda utilizar recursos próprios para complementar o valor estipulado pelo proprietário. Nesses casos, o valor ofertado pelo cativo seria somado a quantia disponível no fundo de emancipação. Além

de possuir os valores monetários, para ser “agraciado” com a Lei, o escravizado deveria contar com a solicitude de seu proprietário, pois esse endossava a sua “boa conduta” diante das autoridades.

Outras características observadas são a condição dos escravizados estarem casados e possuírem a identificação de alguma atividade profissional específica. A soma dos três fatores; (a) anuência do proprietário, (b) matrimônio, (c) possuir profissão declarada; aumentavam as chances do escravizado ter acesso ao fundo, pois essas características, evidentemente, indicariam um trabalhador ordeiro e disciplinado. Dessa forma, a libertação poderia ser interpretada como uma premiação por esse bom comportamento.

Dessa forma, no documento apresentado destacamos a libertação de 13 escravizados, cinco mulheres e quatro homens. Desse total, nove indivíduos eram casados, todos os quatro homens e cinco mulheres. Apenas quatro mulheres eram solteiras. No que diz respeito à profissão registrada, cinco mulheres eram cozinheiras e quatro se dedicavam aos serviços domésticos. Quanto ao grupo masculino, dois homens eram carreiros (indivíduo que conduz carro de boi ou semelhante), um era pedreiro e um era padeiro. O preço de cada cativo variava, provavelmente devido ao gênero e a idade (GRIMBERG, 2007).

Assinalamos que assim como variavam os preços dos cativos também variava o valor do pecúlio oferecido por cada indivíduo, enquanto alguns não ofereciam qualquer valor, outros ofertavam pecúlios que oscilavam consideravelmente. Observamos dois exemplos, enquanto Cypriana, ocupada em serviços domésticos e com 35 anos, ofereceu 100\$000 para chegar ao valor de sua alforria (500\$000), Tita, também ocupada em serviços domésticos e com 30 anos, ofereceu 500\$000 para adquirir sua alforria avaliada em 1.000\$000. O preço do escravo era definido por seu proprietário. No documento analisado, todos os proprietários são identificados com seu nome completo disposto no Edital, comprovando e conferindo o título de “boa conduta” para seus escravizados.

Dessa forma, destacamos que para os escravizados obterem acesso ao fundo de emancipação necessitavam da disposição de seu proprietário, endossando sua “boa conduta”. A expressão denota que o escravizado era obediente e ordeiro, e, mais importante, o seu proprietário confiava nele. Para ser contemplado pelo *Fundo de Emancipação* também eram preferidos os escravizados que eram casados e que ocupavam uma profissão bem estabelecida. A definição de uma profissão, ou dedicação à tarefa

específica, parece ser fundamental, pois vivendo num meio urbano, como se constituía a cidade de Penedo em 1876, possibilitaria o acúmulo de algum pecúlio com base nas suas relações de sociabilidade.

Assim, as três características sobrepostas; ter boa conduta, estar casado e desempenhar profissão específica no meio urbano, conferiam a garantia de que se tratava de um escravo obediente e ordeiro, portanto, que não ofereceria riscos para a ordem social. Por fim, a libertação poderia ser interpretada como recompensa pelo bom comportamento e obediência. Outrossim, nos estertores do escravismo, a participação de cativos no meio urbano indicava maiores possibilidades de se criar laços afetivos e de sociabilidade em meio a maior circulação de pessoas livres e escravizadas.

Com efeito, a presença africana e de seus descendentes nas cidades durante o século XIX é um tema bastante visitado pela historiografia, descortinando aspectos relevantes do cotidiano dos escravizados e seus descendentes. Destaca-se, nesse sentido, os estudos sobre os escravos de ganho e de aluguel, a mobilidade física dos escravizados (BERTIN, 2006) e a relações de compadrio (BRÜGGER, 2007). Segundo Wissenbach (1998), os escravizados poderiam desempenhar múltiplas funções em uma economia urbana, tais como a de carregadores, trabalhadores nos portos, oficinas, lavadeiras, quitandeiras, domésticas, artesãos.

Pesquisas sobre a ocupação dos cativos em Maceió dão conta de um cotidiano repleto de ocupações exercidas pelos africanos e seus descendentes. A respeito,

Na capital alagoana, sinaliza Alfredo Brandão, os escravos estavam inseridos “[...] ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias”. (BRANDÃO, 1988, p. 41). Para os cativos: “[...] se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduzir as carroças, varrer as lojas, limpar os balcões”. (BRANDÃO, 1988, p. 41). O historiador Felix Lima Júnior apontou que os negros, em Maceió, trabalhavam como canoeiros, copeiros, vendedores de frutas e de aves, pães, peixes e doces, cozinheiros, como serventes e no transporte de ‘tigres’ (barris de madeira que serviam para o transporte de excrementos). (LIMA JR., 1983, p. 95). No cenário urbano, os cativos transitavam com extrema agilidade pelas ruas da cidade e desenvolveram sociabilidades que proporcionavam a busca pela sobrevivência assim como oportunidades de resistência (MARQUES, 2013, p.360).

Com efeito, as ocupações desenvolvidas no meio urbano conferem aos escravizados diferentes formas de resistência ao regime escravista, pois buscavam conquistar a liberdade por meio do pecúlio “economizado” a partir da realização de trabalhos específicos. De acordo com Wissenbach, o desempenho dessas funções conferia autonomia aos cativos, que ao mesmo tempo afirmavam sua emancipação no meio urbano. O pecúlio acumulado poderia ser utilizado na aquisição de sua liberdade ou de outrem.

Por fim Marques, considera que o convívio dos cativos no meio urbano de Maceió fomentou o desenvolvimento cultural e a cidade ficou cada vez mais marcada pela presença africana:

Em Maceió havia na cidade inúmeros terreiros de xangô, pequenos quilombos ao redor e intensa movimentação de escravos, libertos, africanos livres e homens livres pobres nas ruas em busca de seus meios de subsistências, sendo comum encontrá-los em rodas de capoeiras e manifestações culturais como: o coco de roda, nas músicas de barbeiros e no lundu (MARQUES, 2013, p.368).

Para o autor, tal presença impactou as formas de sobrevivência cotidiana dos africanos e seus descendentes que tiveram que lutar diariamente para conseguir pecúlios e buscar sua emancipação. Rotinas reveladas no

dia a dia da trama social os escravizados tiveram que buscar, cotidianamente, meios de sobrevivência e resistência, fosse comercializando produtos nas ruas, pedindo esmolas ou trabalhando em serviços domésticos. Os africanos ocuparam as ruas, praças, becos e locais desertos dos arredores da capital alagoana para resistir à escravidão, mas também para buscar seus meios para garantir-lhes a sobrevivência (MARQUES, 2013, p.370).

A partir dos documentos analisados sobre Penedo confiamos que igualmente ao que ocorrera na capital, a presença de africanos e seus descendentes era marcante no interior da província e os cativos constituíram redes de sociabilidade que lhes permitiram resistir ao escravismo e desenvolver arranjos de sobrevivência

Considerações finais

A leitura dos periódicos locais nas décadas de 1870 e 1880 revela uma sociedade

em profunda transformação. O fim da escravidão e os apelos “modernos”, como o processo de urbanização, caracterizam aquela sociedade como um período de grande metamorfose.

No interior do país, como na cidade de Penedo, nas margens do rio São Francisco, essa transformação pode se apresentar de forma mais intensa, pois existia o interesse, por parte das elites, em se “modernizar” e de importar modelos de desenvolvimento em voga pelo mundo, elementos que dinamizavam o desenvolvimento econômico local, como as embarcações a vapor, por exemplo. Porém, persistiam as continuidades de aspectos mais arcaicos da sociedade brasileira do período, como a violência e a escravidão. Assim, se por um lado, escravizados de “boa conduta” buscavam sua libertação pelo pecúlio acumulado com o trabalho, outros permaneciam sobrevivendo dentro de “bandos” e à margem da estrutura social, por vezes convivendo e reproduzindo violência.

Assinalamos que a sociabilidade construída cotidianamente atravessa esses dois extremos, pois tanto o marginal, que se escondia, como o trabalhador, que oferecia seus serviços, dividiam a realidade desigual e perversa da sociedade escravocrata e, diante da mesma, estabeleciam suas diferentes estratégias de sobrevivência e resistência, sempre como protagonistas de suas escolhas.

Referências

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas: ensaio sobre negros e escravos no Censo de 1872*. Maceió: cba editora. 2019.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Fim do Tráfico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p. 230-236.
- ASSIS, Machado. Pai contra Mãe. Texto proveniente de: *A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso 06 de outubro de 2021.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2010.
- BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João del

Rei, séculos XVIII e XIX. Annablume, 2007.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880). *Revista Crítica História*. Maceió: UFAL, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*, historiador. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. Editora Senac São Paulo, 2019.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. *Almanack braziliense*, n. 6, p. 4-13, 2007.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIANI, Daniel et all. Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. *Revista Nexo*. 2017.

MARQUES, D.L. Territórios da sociabilidade negra e a memória da diáspora africana na Maceió do século XIX. *Identidade! São Leopoldo*, v.18, n. 3, ed. esp., p. 357-371, dez. 2013. Disponível em: <
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/1184/1146>>. Acessado em 27 de novembro de 2022.

MARQUES, Danilo Luiz. *Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)*. Blumenau - SC: Nova Letra, 2016.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 129-151, 1992.

PAIVA, Clotilde. *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de*

1872. Cedeplar/UFGM. 2012.

SANTANA, Moacir Medeiros de. *História da Imprensa em Alagoas*. Maceió: Editora Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maurício. CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Wellington José Gomes da. *A liberdade requer limites: o Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. *Saeculum—Revista de História*, n. 34, p. 123-142, 2016.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: *República: da belle époque à era do rádio*. 1998. p. 49-130.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e Escolas. In.: SCHWARCZ, L.M & GOMES, F. (orgs.) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Cia das Letras. 2018. pp 292-297.